

■ MESA DA CÂMARA

Plenário vai priorizar Medidas Provisórias

O Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou no último dia 23 que nesta semana o Plenário votará 13 Medidas Provisórias do governo anterior (da MP 1.141/22 à MP 1.153/22). As votações ocorreram do dia 27/3, à noite, até o dia 30/3. Quanto às Medidas Provisórias do governo Lula, o impasse sobre o rito para a análise delas permanece. Desde 2020, a partir do Ato Conjunto nº 1/20, as MPs são analisadas diretamente no Plenário – primeiro na Câmara (90 dias), depois no Senado (30 dias) – sendo permitidas as emendas. Este ato, adotado em razão das medidas emergenciais na pandemia da COVID-19 e ainda em vigor, eliminou a fase de comissões mistas.

■ MESA DO SENADO

Haverá sessão plenária no Senado dos dias 28/3 a 30/3, sem matéria de interesse de incidência política.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Mais um projeto para criminalizar os movimentos sociais

O PL nº 1.288/2023, do deputado Rodolfo Nogueira (PL/MS), dispõe sobre as sanções acerca das invasões ou prática de esbulho possessório em supostas áreas tradicionalmente ocupadas ou pertencentes a remanescentes de quilombolas. Poucos possuem conhecimento sobre esse PL que é extremamente perigoso, pois criminaliza a ação legítima das comunidades e povos indígenas na luta pela demarcação de seus territórios. Na hipótese de ocupação de imóveis rurais particulares por grupos autodeclarados como remanescentes de quilombos antes da conclusão do procedimento administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação da propriedade definitiva, tais procedimentos serão suspensos, independentemente da fase em que se encontrem, por dois anos, contados da data de desintrusão da área particular, pra-

zo esse que será duplicado na hipótese de reincidência. Na época em que Fernando Henrique ocupou a Presidência da República, foi enviada Medida Provisória que aplicava a mesma punição para imóveis que fossem ocupados por famílias sem terra. Nos últimos anos os Tribunais Superiores relativizam a aplicabilidade da lei. A MP nunca foi votada e se tornou lei.

Projeto para regular impeachment

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, apresentou, no dia 23/3, Projeto de Lei que sugere um novo rito para os processos de impeachment contra autoridades. O PL nº 1.388/2023 dá prazo para que o presidente da Câmara dos Deputados decida se aceita a denúncia por crime de responsabilidade contra o Presidente da República. Outra novidade é a possibilidade de denúncia por Partidos Políticos, Sindicatos e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A matéria aguarda distribuição para as comissões permanentes da Casa.

Rosa Weber promete retomar julgamento de marco temporal em terras indígenas até junho

Durante visita ao Vale do Javari, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, se comprometeu a retomar o julgamento sobre o marco temporal ainda no primeiro semestre. Ela, que também comanda o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visitou a Aldeia do Paraná na semana passada e ouviu a reivindicação diretamente de representantes dos povos indígenas. Segundo o STF, a ministra também ouviu, de diferentes lideranças, preocupações com o aumento da vulnerabilidade da comunidade e das florestas em razão do avanço do garimpo e de outros grupos criminosos, do sucateamento da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e da falta de políticas públicas. Rosa Weber visitou o Amazonas com uma comitiva de magistrados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de aproximar o Poder Judiciário das populações indígenas. O grupo chegou na região na segunda-feira e se deslocou para a aldeia em um helicóptero do Exército. Após a visita, a ministra recebeu a Medalha da Ordem do Mérito do Estado do Acre.

Acampamento indígena

Entre os dias 24 a 28 de abril deste ano de 2023 acontecerá, em Brasília, a 19ª Edição do Acampamento Terra Livre, a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil. E o dia 24 de abril do ano corrente marca a abertura do Acampamento Terra Livre, momento importante para a mobilização dos povos e organizações indígenas do país na luta por direitos, que já vem acontecendo há 19 anos.

Em declaração conjunta em evento da ONU, Dom Roque cobra a demarcação das terras indígenas e a superação do marco temporal

Em declaração conjunta, o presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Arcebispo de Porto Velho, Rondônia, Dom Roque Paloschi, alertou ser fundamental que o novo governo retome, imediatamente, a política de demarcação de terras indígenas no Brasil, em debate geral sobre situações de Direitos Humanos que requerem a atenção do Conselho. O evento faz parte do 52º Período Ordinário de Sessões do Conselho de Direitos Humanos (CDH 52), que está sendo realizado em Genebra, na Suíça. Copatrocinaram a incidência, realizada na tarde do dia 23/3 junto ao Organismo das Nações Unidas (ONU), a Franciscans International (FI), Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE), Dreikönigsaktion Austria (DKA), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e Justiça Global.

Frente Parlamentar da Mineração Sustentável é instalada no Congresso Nacional

Pensada por parlamentares a partir das tragédias de Brumadinho e Mariana (MG), a Frente Parlamentar da Mineração Sustentável foi instalada no Congresso Nacional, no dia 22/3. O Deputado Zé Silva (Solidariedade-MG) disse que o objetivo é realizar reuniões quinzenais. Entre as pautas da Frente, segundo o deputado, estão a valorização da Agência Nacional de Mineração. Os parlamentares também deverão pleitear a modernização da legislação do setor. Zé Silva citou, ainda, a necessidade de fazer o mapeamento de regiões como a do Vale do Jequitinhonha, onde se encontra lítio,

considerado um “combustível do futuro”. A lista de convidados da cerimônia de lançamento e o histórico do grupo de parlamentares indica que, por trás dessa pauta difusa, usando “sustentabilidade” no nome, temos a defesa escancarada para a expansão da mineração no Brasil e um discurso contra o garimpo que inclui ardorosos apoiadores do garimpo, como o senador Zequinha Marinho (PSC/PA).

Enfraquecimento de instituições e falta de políticas locais fragilizam gestão de incêndios na Amazônia

Estudo recém-publicado no International Journal of Disaster Risk Reduction discute a governança de incêndios florestais na fronteira trinacional do sudoeste da Amazônia com a participação de representantes locais. A região, conhecida como MAP, engloba Madre de

Dios, no Peru, o estado do Acre, no Brasil, e Pando, na Bolívia. “Morando no Acre, temos pouco ou nenhum protagonismo, principalmente quando se fala de meio ambiente. Vemos cientistas de outras regiões e até de outros países falando da Amazônia, chamando a atenção para o tema, mas nós, que moramos aqui, ficamos fora dessa governança. O aumento das queimadas da floresta, associado ao avanço do desmatamento, tem sido uma das ameaças à conservação da Amazônia e de sua sociobiodiversidade. Em grande parte, essas ações apenas espelham propostas de medidas nacionais sem observar as peculiaridades de cada local. Outros pontos de atenção são a falta de participação da comunidade e os aspectos socioculturais do uso do fogo, principalmente em zonas de pastagem e agricultura próximas a áreas de preservação ambiental.